

FORMAÇÃO CIDADÃ: A SIMULAÇÃO ELEITORAL COMO ESTRATEGIA DE ENSINO SOBRE CIDADANIA

Leandro Neto de Lima ¹
Jaci Lopes dos Santos Farias ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar e analisar uma experiência didático-pedagógica desenvolvida na Escola de Ensino Fundamental Maria de Nazaré, localizada em Arapiraca – AL, com turmas do 6º ao 9º ano. Considerando que temas como cidadania, democracia e participação política, quando abordados de forma exclusivamente teórica, podem parecer distantes da realidade dos alunos, foi proposta uma atividade baseada na simulação de um processo eleitoral para a escolha do líder de sala. A dinâmica envolveu todas as etapas de uma eleição: campanha com discursos dos candidatos, confecção de urna pelos próprios estudantes e votação por meio de cédulas eleitorais. Após o pleito, realizou-se um seminário sobre a conquista do direito ao voto no Brasil e a importância da cidadania, contextualizando historicamente o sufrágio e estimulando reflexões críticas sobre a participação política na sociedade. A atividade baseou-se em uma abordagem qualitativa, utilizando metodologias ativas que valorizam o protagonismo discente e a construção do conhecimento a partir da vivência prática. A proposta buscou aproximar os alunos dos conceitos democráticos, promovendo o desenvolvimento de noções como responsabilidade, representação e engajamento social. Os resultados demonstraram que a simulação despertou o interesse da turma e favoreceu uma compreensão mais concreta dos conteúdos, reforçando o potencial das metodologias participativas no ensino de História e na formação cidadã.

Palavras-chave: Dinâmica, PIBID, Eleição, História, Cidadania.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da cidadania. Mais do que um local de transmissão de conhecimentos, ela deve ser compreendida como ambiente de formação integral dos sujeitos, capaz de fomentar o pensamento crítico, a autonomia e o protagonismo dos estudantes. No contexto contemporâneo, em que se observa um distanciamento da população em relação à política institucional e o avanço de discursos antidemocráticos, torna-se urgente a inserção de práticas pedagógicas que estimulem a compreensão dos processos democráticos e a participação social desde os anos iniciais da formação escolar. Diante dessa necessidade, a definição de trabalhar com a metodologia ativa que concebe o aluno como protagonista no processo de aprendizagem, assim a simulação eleitoral surge como uma estratégia de ensino que possibilita aos alunos vivenciarem, de forma lúdica e reflexiva, o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, compreendendo os princípios que regem a vida em sociedade.

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - CAPES, leandro.lima.2022@alunos.uneal.edu.br;

² Graduada pelo Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, jaci.lopes.21@professor.educ.al.gov.br



Ao envolver-se em um processo eleitoral fictício, mas repleto de significados, os estudantes exercitam o diálogo, a argumentação, a escuta ativa e o respeito às decisões coletivas. Este artigo tem como objetivo analisar a experiência pedagógica desenvolvida na Escola de Ensino Fundamental Maria de Nazaré, localizada em Arapiraca-AL, com estudantes do 6º ao 9º ano, a partir da realização de uma simulação eleitoral para escolha dos líderes de turma. Com base em autores como Paulo Freire (1996), Maria da Glória Gohn (2008) e José Carlos Libâneo (2002), buscamos refletir sobre o potencial desta metodologia na formação cidadã de adolescentes em idade escolar.

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A formação cidadã é uma diretriz fundamental da educação brasileira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em consonância com a Constituição Federal de 1988, orienta que o desenvolvimento de competências socioemocionais, éticas e políticas seja parte integrante da proposta pedagógica das escolas. A BNCC estabelece que o ensino fundamental deve promover a capacidade de argumentação, de escuta, de tomada de decisões democráticas e de resolução de conflitos por meio do diálogo (Brasil, 2018).

A educação libertadora é aquela que forma sujeitos conscientes de sua realidade, capazes de agir sobre ela. “A prática educativa exige a inserção crítica do educando no contexto social” (Freire, 1996, p. 45). Ensinar cidadania, portanto, implica proporcionar vivências significativas que aproximem os estudantes dos debates sobre direitos, deveres e participação política.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, exige crítica, exige ética e estética, exige a corporificação das palavras pelo exemplo. Ensinar exige querer bem aos educandos. (Freire, 1996, p. 47)

Maria da Glória Gohn (2008) amplia essa perspectiva ao considerar que a cidadania vai além do direito ao voto, estendendo-se às formas de convivência, organização comunitária e participação nos diversos espaços públicos. “A cidadania se aprende na prática, no cotidiano da vida, em ações concretas que envolvam o sujeito com sua realidade social” (Gohn, 2008, p. 16). Nesse contexto, atividades como a simulação eleitoral se alinham a uma pedagogia ativa e crítica, que rompe com o modelo tradicional de ensino baseado na memorização e na passividade dos estudantes. Segundo Libâneo

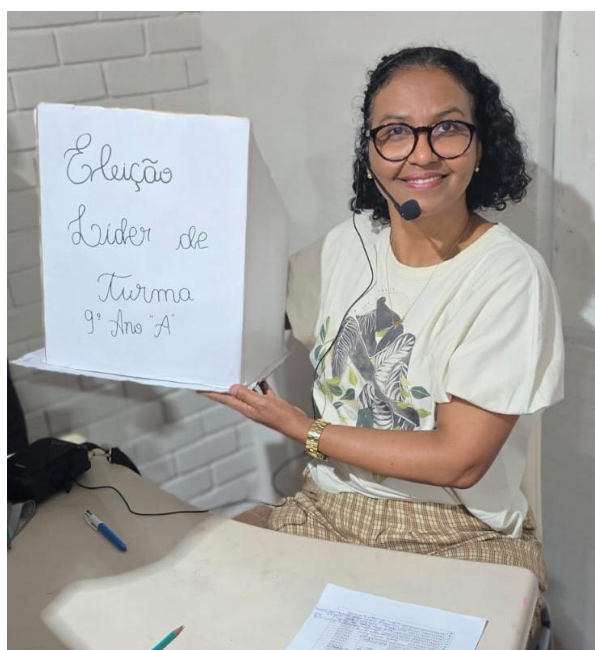


(2002, p.45), “a participação ativa dos alunos no processo educativo favorece a construção de sua autonomia e de seu senso crítico”, tornando-os protagonistas do próprio processo formativo.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida pela professora Jaci Lopes dos Santos Farias (FIGURA 1) ao longo de três semanas, envolvendo turmas do 6º ao 9º ano da Escola de Ensino Fundamental Maria de Nazaré. Inicialmente, foi realizada uma conversa com os estudantes sobre o sistema político brasileiro, os conceitos de cidadania, democracia, liderança e responsabilidade. Em seguida, os alunos formaram chapas compostas por candidatos e candidatas à liderança de turma, finalizando o ciclo de atividade com um seminário, no qual foi abordado a história política geral e regional.

FIGURA 1: Jaci, professora titular.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

A cidadania, além de envolver direitos civis, políticos e sociais, deve ser compreendida como uma prática cotidiana, que se aprende no envolvimento com a vida social, política e cultural. Ela se realiza no exercício da participação ativa nos espaços públicos, nas organizações e nas ações coletivas que visam o bem comum. (Gohn, 2008, p. 18)

Durante o período de campanha, os estudantes elaboraram propostas, criaram materiais visuais como cartazes e panfletos e apresentaram seus projetos aos colegas



(FIGURA 2). Houve também momentos de debate, mediados pela professora, nos quais os candidatos puderam apresentar ideias e responder a questionamentos da turma.

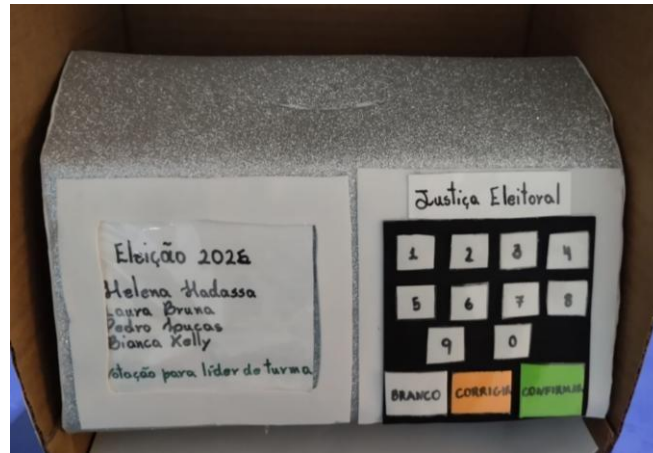
FIGURA 2: Aluno do 8º ano apresentando proposta.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

A eleição foi organizada com o uso de cédulas, listas de votação e urnas improvisadas (FIGURA 3). Após a apuração dos votos, os resultados foram anunciados publicamente, e os líderes eleitos participaram de uma cerimônia simbólica de posse. Toda a atividade foi acompanhada por reflexões coletivas, incentivando a escuta, o respeito mútuo e a valorização da escolha democrática.



FIGURA 3: Urna eleitoral feita pelo 8º ano.

Fonte: Arquivo pessoal, 2025

A construção de recursos e materiais pedagógicos junto aos alunos é uma prática de grande importância no processo de ensino-aprendizagem, pois promove a participação ativa, o senso de autoria e o protagonismo estudantil. Ao envolver os discentes na elaboração desses materiais, o professor transforma o espaço escolar em um ambiente colaborativo, onde o conhecimento é produzido de forma significativa e contextualizada. Essa abordagem estimula a criatividade, o pensamento crítico e o trabalho em grupo, além de favorecer a compreensão dos conteúdos a partir da prática. Assim, a confecção conjunta de materiais pedagógicos não apenas dinamiza as aulas, mas também fortalece o vínculo entre teoria e prática, tornando o aprendizado mais concreto e inclusivo.

O PAPEL DA LIDERANÇA ESTUDANTIL NO COTIDIANO ESCOLAR

A eleição de líderes de turma, como parte do processo de simulação eleitoral, não deve ser compreendida apenas como um exercício pedagógico pontual, mas como o início de uma experiência formativa contínua que pode transformar as relações escolares. Quando a escola reconhece e fortalece o papel desses representantes, ela cria um ambiente mais democrático, onde o diálogo, a escuta e a responsabilidade são incentivadas.

Os líderes de turma eleitos durante a atividade não apenas participaram de uma vivência democrática, mas passaram a ocupar um lugar estratégico na mediação de conflitos, na mobilização da turma e na proposição de melhorias no ambiente escolar. Tal envolvimento fortalece o sentimento de pertencimento e a consciência de que todos os sujeitos da escola, estudantes, professores e equipe gestora são responsáveis pelo bem comum.



De acordo com Libâneo (2002), a construção de uma escola democrática passa pela valorização do protagonismo estudantil. A atuação dos líderes de turma também pode ser o ponto de partida para a criação ou o fortalecimento de instâncias coletivas, como os grêmios estudantis, os conselhos de classe participativos ou fóruns de escuta. Essas estruturas são essenciais para consolidar uma cultura escolar baseada na participação democrática e na construção coletiva das decisões.

Além disso, ao vivenciarem esse papel de liderança, os estudantes desenvolvem competências essenciais para a vida em sociedade: argumentar, negociar, respeitar diferenças, representar os interesses coletivos e assumir responsabilidades. Tais habilidades são diretamente ligadas à proposta de formação integral defendida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aponta, entre suas competências gerais, a valorização da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação (Brasil, 2018).

Nesse sentido, promover e acompanhar a atuação dos líderes de turma após o processo eleitoral é fundamental para que a prática não se encerre no voto, mas siga como experiência formadora de sujeitos críticos, engajados e capazes de atuar com ética e compromisso no espaço escolar e na sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação cidadã constitui um dos pilares fundamentais da educação brasileira contemporânea e é amplamente discutida por diversos teóricos da área da educação. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), a escola deve promover não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também competências socioemocionais, éticas e políticas que favoreçam o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, o ambiente escolar é compreendido como um espaço privilegiado para a construção de valores democráticos e para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos.

As reflexões de Paulo Freire (1996) são essenciais para compreender a dimensão política da educação e sua função libertadora. Para o autor, ensinar é um ato de amor e coragem, que exige do educador o compromisso ético com a transformação social. A prática educativa, segundo Freire, deve possibilitar ao educando inserir-se criticamente no mundo, compreendendo sua realidade para agir sobre ela. A cidadania, portanto, não pode ser ensinada de maneira teórica e abstrata, mas vivenciada em experiências que articulem o conhecimento com a prática social. Como afirma o educador, “ensinar não é



transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Complementando essa perspectiva, Maria da Glória Gohn (2008) entende que a cidadania é aprendida na prática e nas relações cotidianas, ultrapassando o âmbito do voto e da participação política formal. Para a autora, a educação cidadã se concretiza no engajamento dos sujeitos em ações coletivas que visam o bem comum e a transformação das realidades locais. Assim, práticas pedagógicas que envolvem o diálogo, a cooperação e a responsabilidade social como a simulação eleitoral, contribuem para a construção de um sentimento de pertencimento e de corresponsabilidade entre os estudantes.

Por sua vez, José Carlos Libâneo (2002) enfatiza que a participação ativa dos alunos no processo educativo é condição indispensável para o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico. Ao defender uma didática pautada no protagonismo estudantil, Libâneo aponta para a necessidade de a escola superar o modelo tradicional e bancário de ensino, adotando metodologias ativas que promovam a interação, o debate e a tomada de decisões democráticas. Nessa direção, a simulação eleitoral representa uma experiência concreta de aprendizagem, pois possibilita aos estudantes compreenderem o funcionamento das instituições políticas e os valores que sustentam a convivência democrática.

Além disso, Mário Sérgio Cortella (2002) ressalta que a escola desempenha um papel essencial na construção ética do sujeito. Para o autor, quando a escola negligencia essa função, ela se torna cúmplice de um modelo social excludente. A educação ética e cidadã, portanto, deve ser contínua e transversal, atravessando todas as práticas pedagógicas e contribuindo para formar indivíduos capazes de atuar de forma crítica e solidária na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os efeitos da simulação eleitoral foram perceptíveis em diversas dimensões da convivência escolar. A atividade despertou o interesse dos alunos pelas questões políticas, promovendo o debate sobre liderança, responsabilidade, ética e compromisso com o coletivo. Estudantes que costumavam se manter à margem das atividades passaram a se engajar com entusiasmo nas chapas, nos discursos e nas discussões.

Além disso, a atividade contribuiu para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, respeito à diversidade de opiniões e tolerância à



frustração. A aceitação dos resultados das eleições, mesmo por parte dos não eleitos, demonstrou uma compreensão mais profunda sobre o funcionamento da democracia representativa.

Outro ponto relevante foi o fortalecimento do protagonismo estudantil. A escolha dos líderes não se limitou a um evento isolado, mas abriu caminhos para a participação dos alunos nas decisões da escola, como porta-vozes de suas turmas e colaboradores em ações pedagógicas.

Durante os momentos de reflexão e debate ao longo da atividade, foi possível perceber o crescente interesse de diversas alunas pela história das mulheres na política e pela participação de grupos minoritários nos espaços de poder. Muitas demonstraram surpresa ao descobrir que o direito ao voto feminino no Brasil só foi conquistado em 1932 e que, mesmo após quase um século, a representação feminina e de outras identidades historicamente excluídas continuam sendo minoritárias. Esse dado provocou questionamentos e despertou o desejo de algumas estudantes em pesquisar e dialogar mais sobre figuras como Bertha Lutz, Marielle Franco, Dandara dos Palmares e outras lideranças que romperam barreiras estruturais. Tal movimento demonstra que a atividade, além de promover a compreensão sobre o funcionamento do processo eleitoral, também abriu espaço para o debate sobre desigualdades históricas e a luta por representatividade nos espaços políticos. Nesse sentido, a simulação eleitoral assumiu um papel formativo não apenas técnico, mas também crítico, estimulando a ampliação da consciência social e o interesse por narrativas silenciadas na história oficial.

Ao promover uma experiência que articula teoria e prática, a simulação eleitoral mostrou-se uma metodologia potente para tornar a aprendizagem mais significativa e formar sujeitos conscientes e atuantes. Como reforça Freire (1996, p.47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da simulação eleitoral na Escola de Ensino Fundamental Maria de Nazaré evidenciou o potencial das metodologias ativas para a formação cidadã no ensino fundamental. Ao propiciar uma vivência concreta dos valores democráticos, a atividade permitiu aos estudantes desenvolverem habilidades de convivência, argumentação, tomada de decisão e responsabilidade coletiva.



Mais do que um exercício simbólico, a simulação eleitoral revelou-se uma prática transformadora, capaz de articular conhecimento, valores e ação social. Reafirma-se, portanto, o papel da escola como espaço de formação política e ética, em que a cidadania não é apenas ensinada, mas vivida. Cortella (2002, p. 56), “a escola é um dos poucos espaços institucionais onde ainda se pode trabalhar a construção ética do sujeito. Quando a escola não cumpre esse papel, a omissão se converte em cumplicidade com um modelo social excludente e desumanizador.

Como bem sintetiza Paulo Freire (1996, p. 84), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” É a partir dessas experiências que se constrói uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva e formadora de sujeitos críticos e participativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CORTELLA, Mário Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2002.

